

## Concurso Público para Provimento de Empregos Efetivos da Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP

Edital N° 001, de 12/09/2012

### INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém **50** questões, sendo **08** de Língua Portuguesa, **08** de Raciocínio Lógico Quantitativo, **05** de Noções de Informática, **29** de Conhecimentos Específicos, além da folha de rascunho para a Prova Discursiva.
- Verifique na Folha de Respostas se o seu nome e o número do documento de identificação estão corretos.
- Será anulada a questão que contiver emenda, rasura ou, ainda, a que apresentar mais de uma alternativa assinalada na Folha de Respostas.
- Ao marcar a alternativa correta na Folha de Respostas, use caneta esferográfica de tinta preta, ponta grossa.
- Ao final da prova, devolva ao fiscal de sala a **Folha de Resposta** da prova de múltipla escolha, devidamente assinada no local indicado; e também a **Folha de Resposta** da prova discursiva.
- Os 2 (dois) últimos candidatos de cada sala só poderão ser liberados juntos.

- Em cada questão, você deve assinalar somente uma das alternativas e na forma correta, conforme indicação abaixo.

#### CERTO

	A	B	C	D	E
1	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
5	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
6	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>

#### ERRADO

	A	B	C	D	E
21	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
22	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
23	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
24	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
25	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
26	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>

- A duração total da prova é de 4 horas. Esse tempo inclui a marcação da Folha de Respostas e a elaboração da Prova Discursiva.
- Você só poderá levar o Caderno de Prova após transcorridas 3h (três horas) do início da prova.

**Boa prova!**

## PROVA DE CONHECIMENTOS

TÉCNICO OPERACIONAL PORTUÁRIO - ESPECIALIDADE:

**TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE**

## Conhecimentos Específicos

### 22

Considerando a importância dos bioindicadores como ferramenta para avaliar a qualidade da água, e que os macro-invertebrados bentônicos estão adaptados a um conjunto de características físicas e químicas da água (temperatura, oxigênio, transparência da água, etc.), relacionadas à sua qualidade e nível de preservação de condições ecológicas, é **CORRETO** afirmar que os macro-invertebrados bentônicos classificados como

- a) resistentes são indicadores de água limpa, de boa qualidade.
- b) sensíveis são indicadores de má qualidade de água.
- c) resistentes são indicadores de má qualidade de água.
- d) tolerantes são indicadores de água limpa, de boa qualidade.
- e) intolerantes são indicadores de água limpa, de boa qualidade.

### 23

Considerando que os vazamentos de derivados de petróleo podem causar contaminação de corpos d'água subterrâneos e superficiais, do solo e do ar, a legislação ambiental brasileira determina que

- a) todos os projetos de construção, modificação e ampliação dos postos flutuantes de combustíveis, obrigatoriamente, deverão ser realizados, segundo normas técnicas expedidas pelo Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.
- b) todos os projetos de construção, modificação e ampliação dos postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis, obrigatoriamente, deverão ser realizados, segundo normas técnicas expedidas pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA.
- c) a localização, construção, instalação, modificação, ampliação e operação de postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis dependerão apenas de licença de registro em atividade potencialmente poluidora no órgão ambiental municipal.
- d) todos os projetos de construção, modificação e ampliação dos postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis, obrigatoriamente, deverão ser realizados, segundo normas técnicas expedidas pelo Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA.
- e) a localização, construção, instalação, modificação, ampliação e operação de postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis dependerão de prévio licenciamento do órgão ambiental competente, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

**24**

Vários impactos ambientais negativos podem ser observados, tanto na implantação quanto na operação de portos, como, por exemplo,

- a) impacto das dragagens, que elimina e altera a fauna e a flora da área dragada, podendo ocorrer menor penetração de luz e menor atividade fotossintética.
- b) degradação da paisagem, devido a construções inadequadas, especialmente de edifícios, que por suas dimensões, formas, cores e matéria-prima utilizada podem ser considerados arquitetonicamente inadequados ao lugar.
- c) assoreamento da costa, devido às ações humanas, com destruição de corais, recifes, mangues, restingas e dunas, com destaque para os constantes aterros realizados em praias para aumentar a área urbana.
- d) alteração do fluxo da água, sendo que em locais com deficiência de recursos hídricos, pode-se diminuir a quantidade de água para outros fins, gerando conflitos de uso.
- e) poluição do solo e das águas, superficiais e subterrâneas, por meio do lodo resultante dos sistemas de depuração de gases e tratamento das águas residuárias.

**25**

O desenvolvimento de raízes eficientes foi muito importante na história evolutiva das plantas, além de permitir a fixação ao solo, elas realizam a extração de água e de sais minerais que serão utilizados por todas as células do corpo vegetal. Considerando sua classificação, as raízes

- a) suportes são adaptadas à realização de trocas gasosas com o ambiente.
- b) aéreas armazenam reservas alimentares, utilizadas durante a floração e a produção de frutos pela planta.
- c) respiratórias são adaptadas à realização de trocas gasosas com o ambiente.
- d) suportes armazenam reservas alimentares, utilizadas durante a floração e a produção de frutos pela planta.
- e) tuberosas são adaptadas à extração de alimentos de plantas hospedeiras.

**26**

Considerando os aspectos morfológicos e anatômicos, os crustáceos possuem

- a) o sistema excretor constituído pelos túbulos de Malpighi, representados por tubos finos que partem da região mediana do intestino e ficam mergulhados na hemocela, em contato direto com a hemolinfa.
- b) o sistema respiratório do tipo branquial, sendo que as brânquias são estruturas filamentosas, delicadas e altamente irrigadas de sangue que se projetam da superfície de certas regiões do corpo do animal.
- c) o sistema circulatório tipo fechado. Há um coração tubular, localizado em posição ventral, que bombeia a hemolinfa através das artérias. Podem possuir corações acessórios que ajudam a bombear a hemolinfa para os vasos das extremidades do corpo.
- d) o sistema nervoso formado por dois gânglios cerebrais ligados a uma cadeia nervosa central. O principal gânglio cerebral, localizado na cabeça, resulta da fusão de vários gânglios menores e se liga a uma cadeia nervosa que percorre dorsalmente o corpo.
- e) o sistema reprodutor que possibilita a fecundação interna e os ovos são colocados em pontos estratégicos no ambiente aquático, comportamento eficiente para proteção da prole dos principais predadores naturais, os peixes carnívoros.

**27**

A limnologia é a ciência que estuda a ecologia de todas as massas d'água continentais, independente de suas origens, dimensões e concentrações salinas. Considerando a existência dos ambientes lóticos e lênticos, é **CORRETO** afirmar que

- a) as classificações dos ambientes lóticos podem ser feitas através de sua gênese, do seu nível trófico (oligotrófico, mesotrófico e eutrófico) e do número e tipo de circulação.
- b) as estratificações térmica e química são extremamente raras em ambientes lóticos, sendo a tensão de oxigênio mais alta e mais uniforme nesses ambientes.
- c) as trocas entre terra e água são mais intensas nos ambientes lênticos, e que acabam por gerar um ecossistema muito aberto com comunidades de metabolismo heterotrófico.
- d) os ambientes lênticos transportam substâncias cinéticas e as levam em geral ao mar. Além do transporte permanente de substâncias em solução, existe também o deslocamento de material insolúvel, de montante a jusante, especialmente sob a forma de erosão, e no curso inferior sobretudo sob a forma de sedimentação.
- e) os ambientes lênticos podem ser compartimentalizados em quatro regiões distintas. São elas: litorânea, pelágica, profunda e interface água-ar.

**28**

Considerando a navegação como a principal rota de dispersão para introdução de espécies exóticas invasoras marinhas, é **CORRETO** afirmar que

- a) diversas espécies transportadas em água de lastro e de porão têm impactos sobre a saúde humana, incluindo espécies que causam tuberculose, febre amarela, malária e leishmaniose.
- b) uma vez que o ciclo de vida da maior parte das espécies marinhas inclui um estágio fitoplanctônico, estes organismos incluem exemplos apenas de táxons dos invertebrados.
- c) foram estabelecidas diretrizes em 1993 (e revisadas em 1997) pela Organização Marítima Internacional (IMO) como esforço para limitar a transferência de espécies marinhas, entre elas a recomendação para a realização da troca da água de lastro apenas nas regiões dos portos.
- d) estima-se que mais de 14 bilhões de toneladas de água de lastro são transferidas anualmente em todo o mundo.
- e) entre as espécies com maior registro de invasão mundial causada pela transferência pela água de lastro está o caramujo-gigante-africano (*Achatina fulica*). Nativo do leste da África, agora está amplamente distribuído na América Latina, no sul e no leste da Ásia, bem como nas Ilhas da região do Indo-Pacífico.

**29**

Sobre o processo de recuperação de áreas degradadas é **CORRETO** afirmar que

- a) a sucessão primária pode ser conceituada como sendo a sequência de processos ecológicos que ocorre em áreas desprovidas de vegetação, na direção da formação de um ecossistema mais complexo.
- b) a sucessão secundária ocorre em áreas não perturbadas, normalmente em abertura de clareiras em florestas, consistindo de um fator de renovação que leva progressivo aumento de biodiversidade.
- c) a sucessão terciária ocorre em áreas fortemente impactadas, como áreas com subsolo exposto ou áreas mineradas, a intervenção antrópica deve ser menos intensa de forma a mitigar os fatores restritivos ao estabelecimento de uma nova comunidade.
- d) a sucessão terciária ocorre normalmente em áreas nas quais ocorreram incêndios florestais de natureza antrópica.
- e) a sucessão primária ocorre em áreas não perturbadas, normalmente em abertura de clareiras em florestas, consistindo de um fator de renovação que leva progressivo aumento de biodiversidade.

**30**

Sobre a poluição da água é **CORRETO** afirmar que

- a) a eutrofização da água é um fenômeno causado pelo excesso de potássio e zinco num corpo de água mais ou menos fechado, o que leva a proliferação excessiva de algas com consequente deterioração da qualidade da água.
- b) os bacilos e vibriões são os melhores bioindicadores utilizados na análise microbiológica da água, embora não sejam uma real causa de doenças.
- c) os contaminantes encontrados na água podem ser classificados em químicos (orgânicos e inorgânicos), físicos (radioatividade, calor, etc.), e biológicos (vírus, bactérias, protozoários, etc.).
- d) a água poluída pode causar diversos efeitos prejudiciais à saúde humana, tais como transmissão de doenças como: hepatite C, varíola e clamidiose.
- e) entende-se como poluição difusa da água, aquela em que o foco de poluição é facilmente identificável como emissora de poluentes, como as águas residuais, industriais ou de minas.

**31**

Com relação ao tratamento das águas residuais, realizado numa Estação de Tratamento de Águas Residuais em quatro etapas (tratamento preliminar, primário, secundário e terciário), é **CORRETO** afirmar que

- a) o tratamento secundário é a fase onde a matéria poluente é separada da água por sedimentação. Este processo, exclusivamente de ação física, pode, em alguns casos, ser ajudado pela adição de agentes químicos que através da coagulação/floculação possibilitam a obtenção de flocos de matéria poluente de maiores dimensões e assim mais facilmente decantáveis.
- b) o tratamento preliminar consiste no procedimento de desinfecção das águas residuais tratadas para a remoção dos organismos patogênicos ou, em casos especiais, à remoção de determinados nutrientes, como o nitrogênio e o fósforo.
- c) no tratamento terciário o esgoto é sujeito aos processos de gradeamento (grades grosseiras e finas e/ou peneiras rotativas), desarenamento (caixas de areia) e desengorduramento (caixas de gordura).
- d) o chamado processo de tratamento secundário, geralmente consiste num processo biológico, do tipo filtro biológico, onde a matéria orgânica (poluente) é consumida por microorganismos nos chamados reatores biológicos.
- e) O tratamento terciário é a fase onde a matéria poluente é separada da água por sedimentação. Este processo, exclusivamente de ação física, pode, em alguns casos, ser ajudado pela adição de agentes químicos que através da coagulação/floculação possibilitam a obtenção de flocos de matéria poluente de maiores dimensões e assim mais facilmente decantáveis.

**32**

Com relação aos principais poluentes observados nas áreas metropolitanas é **CORRETO** afirmar que

- a) na atmosfera, o NO<sub>2</sub> dissolve-se no vapor de água, formando um ácido que interage com outros gases e partículas aí presentes, originando nitratos e outros poluentes secundários nocivos. Uma maior oxidação de NO<sub>2</sub>, normalmente na presença de um catalisador, como SO<sub>2</sub>, forma H<sub>2</sub>SO<sub>4</sub> e, conseqüentemente, a chuva ácida.
- b) os óxidos de nitrogênio, são majoritariamente emitido por vulcões, produzidos em grande escala por processos industriais e pelo tráfego de veículos a motor. O nitrogênio é um composto abundante no carvão e petróleo, sendo que a combustão destes emite quantidades consideráveis de NO<sub>2</sub>.
- c) os óxidos de enxofre, em especial o dióxido de enxofre (SO<sub>2</sub>), são emitidos a partir de combustão a altas temperaturas, e do setor rodoviário. É um forte oxidante que reage no ar para formar o corrosivo ácido sulfídrico, bem como as sulfas orgânicas tóxicas.
- d) os compostos inorgânicos voláteis são produtos químicos inorgânicos que dificilmente evaporam à temperatura ambiente, como o metano, benzeno, xileno, propano e butano.
- e) o Monóxido de Carbono (CO) é um gás levemente inflamável, incolor, inodoro e muito perigoso devido à sua grande toxicidade. É produzido pela queima em condições de pouco oxigênio e/ou alta temperatura de carvão ou outros materiais ricos em carbono, como derivados de petróleo.

**33**

Os manguezais ou mangues são biomas litorâneos, de vegetação arbustiva característica, onde o solo é lodoso e salgado. Formam-se junto a desembocaduras de rios e em litorais protegidos da ação direta do mar, tais como baías de águas paradas ou litorais guarnecidos por diques de areia. Sobre os manguezais é **CORRETO** afirmar que

- a) o mangue-vermelho (*Rhizophora mangle*) é um arbusto facilmente identificado por suas raízes-escora, uma nítida adaptação ao solo pouco firme do manguezal.
- b) o solo do manguezal caracteriza-se por ser úmido, salgado, lodoso, rico em oxigênio e muito pobre em nutrientes. Por possuir grande quantidade de matéria orgânica em decomposição, por vezes apresenta odor característico.
- c) a distribuição dos manguezais mostra que esse bioma é muito afetado pelo clima, e suas características se devem predominantemente a fatores fitofisiográficos.
- d) estima-se que no Brasil existam cerca de 172.000 km<sup>2</sup> de manguezais. Desse total, cerca de 15%, ou seja, cerca de 26.000 km<sup>2</sup>, distribuem-se pelo litoral dos Estados do Amapá, Pará e Maranhão.
- e) o Estado do Maranhão detém aproximadamente 50% dos manguezais da região Norte-Nordeste, o que equivale a 500 km<sup>2</sup>. Já a Ilha de Fernando de Noronha é possuidora da menor extensão de manguezal no país.

**34**

Sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil (ZEE), é **CORRETO** afirmar que

- a) o Poder Público Federal só poderá elaborar e executar o ZEE em articulação e cooperação com os Estados em áreas prioritárias para conservação, entre elas, Florestas Nacionais e Terras Indígenas.
- b) compete ao Poder Público Federal elaborar e executar o ZEE nacional ou regional, em especial, quando tiver por objeto bioma considerado patrimônio nacional ou que não deva ser tratado de forma fragmentária.
- c) o ZEE executado pelos órgãos federais e Estados da Federação, quando enfocar escalas regionais ou locais, deverá gerar produtos e informações em escala 1:10.000 ou menores, de acordo com a disponibilidade de informações da sua área de abrangência.
- d) o ZEE dividirá o território em macrorregiões, respeitando os limites municipais, de acordo com as necessidades de proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais e do desenvolvimento sustentável.
- e) as instituições integrantes do Consórcio ZEE - Brasil, constituirão o Sistema Nacional de Proteção Ambiental e de Desenvolvimento Sustentável Brasileiro, através de rede integrada de dados e informações, de forma a armazenar, atualizar e garantir a utilização compartilhada dos produtos gerados pelo ZEE nas diferentes instâncias governamentais.

**35**

Segundo o Decreto Federal nº 4.297/02, as Diretrizes Gerais e Específicas deverão conter, entre outras exigências,

- a) os mecanismos econômicos que garantam a sua aplicação.
- b) a não-fragmentação, nas zonas de faixa terrestre, da unidade natural dos ecossistemas costeiros, de forma a permitir a regulamentação do uso de seus recursos, respeitando sua integridade.
- c) medidas de controle e de ajustamento de planos de zoneamento de atividades econômicas e sociais resultantes da iniciativa dos municípios, visando a compatibilizar, no interesse da proteção ambiental, usos conflitantes em espaços municipais contíguos e a integrar iniciativas regionais amplas e não restritas às cidades.
- d) o estabelecimento de procedimentos para ampla divulgação dos órgãos ordenadores e gestores do ZEE.
- e) a caracterização socioambiental das zonas ecológico-econômicas e o plano de intervenção que deverá ser elaborado em conformidade com o planejamento federal, estadual e municipal.

**36**

Considerando o Decreto nº 5.459/05, os produtos, amostras, equipamentos, veículos, petrechos e demais instrumentos utilizados diretamente na prática de infração terão sua destinação definida pelo

- a) Centro Nacional de Desenvolvimento e Conservação do Patrimônio Genético.
- b) Centro Nacional de Pesquisa dos Recursos Genéticos.
- c) Conselho Federal de Patrimônio Genético.
- d) Conselho de Gestão do Patrimônio Genético.
- e) Conselho Nacional de Gestão dos Recursos Genéticos e Biodiversidade.

**37**

Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985/2000) uma Estação Ecológica tem por objetivos a preservação

- a) da natureza e a realização de pesquisas científicas.
- b) de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.
- c) de ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.
- d) integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais.
- e) de sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.

**38**

A Comissão Nacional de Biodiversidade tem como finalidade coordenar, acompanhar e avaliar as ações do PRONABIO, competindo-lhe, especialmente,

- a) analisar as alternativas de crescimento demográfico, de evolução de atividades produtivas e de modificações dos padrões de uso da biodiversidade.
- b) manifestar-se, quando provocado por órgão executor, por conselho de unidade de conservação ou por outro órgão da Política Nacional da Biodiversidade, sobre assunto de interesse para a gestão de mosaicos.
- c) articular o planejamento por parte da Política Nacional da Biodiversidade relativa aos recursos hídricos com o dos setores usuários e com os planejamentos regional, estadual e nacional.
- d) promover articulação entre programas, projetos e atividades relativas à implementação dos princípios e diretrizes da Política Nacional da Biodiversidade, e promover a integração de políticas setoriais relevantes.
- e) integrar a gestão dos ambientes terrestres e marinhos da zona costeira, com a construção e manutenção de mecanismos participativos e na compatibilidade das políticas públicas, em todas as esferas de atuação.

**39**

Representa um dos princípios fundamentais da gestão da zona costeira, além daqueles estabelecidos na Política Nacional de Meio Ambiente, na Política Nacional para os Recursos do Mar e na Política Nacional de Recursos Hídricos,

- a) coordenar câmaras técnicas, compostas por convidados e membros dela integrantes, com a finalidade de promover a discussão e a articulação em temas relevantes para a implementação dos princípios e diretrizes da Política Nacional de Gestão das Zonas Costeiras.
- b) prestar assistência técnica aos agentes públicos e privados responsáveis pela execução da Política Nacional de Gestão das Zonas Costeiras no território nacional, para que seus princípios, diretrizes e objetivos sejam cumpridos.
- c) observar os direitos de liberdade de navegação, na forma da legislação vigente, promovendo a fragmentação, na faixa marinha, da unidade natural dos ecossistemas costeiros, de forma a permitir a regulamentação do uso de seus recursos, respeitando sua integridade.
- d) manifestar posicionamento sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na unidade de conservação marinha, em sua zona de amortecimento, mosaicos ou corredores ecológicos.
- e) considerar os limites municipais, dada a operacionalidade das articulações necessárias ao processo de gestão.

**40**

Segundo a Lei nº 9.605/98, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora resulta em pena de

- a) detenção, de três meses a um ano, e multa.
- b) reclusão, de um a quatro anos, e multa.
- c) detenção, de seis meses a um ano, e multa.
- d) reclusão, de seis meses a um ano, e multa.
- e) reclusão, de dois a cinco anos, e multa.

**41**

A Lei nº 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos, entre outros, os seguintes princípios de

- a) estabelecimento de metas de racionalização de uso, aumento da quantidade e melhoria da qualidade dos recursos hídricos disponíveis.
- b) integração da gestão dos ambientes terrestres e marinhos da zona costeira, com a construção e manutenção de mecanismos participativos e na compatibilidade das políticas públicas, em todas as esferas de atuação.
- c) promoção do ordenamento do uso dos recursos naturais e da ocupação dos espaços costeiros, subsidiando e otimizando a aplicação dos instrumentos de controle e de gestão da zona costeira.
- d) racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar, planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais e proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas.
- e) acompanhamento, elaboração, implementação e revisão de Plano de Manejo de unidades de conservação, quando couber, garantindo o seu caráter participativo.

**42**

Em ação de fiscalização realizada pela Polícia Militar, um homem foi surpreendido tentando comercializar ilegalmente filhotes de aves da fauna silvestre brasileira, sendo dois espécimes de arara-azul grande (*Anodorhynchus hyacinthinus*), três espécimes de arara-canindé (*Ara ararauna*), um espécime de papagaio-verdadeiro (*Amazona aestiva*), quatro espécimes de sabiá-da-mata (*Turdus fumigatus*) e cinco curiós (*Oryzoborus angolensis*). Considerando a autuação do crime e aplicação da multa pelos policiais, é **CORRETO** afirmar que

- a) nos casos de impossibilidade de aplicação do critério de unidade por espécime para a fixação da multa, aplicar-se-á o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) por quilograma ou fração.
- b) a multa a ser aplicada deverá ser de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por espécime, para espécie não constante de listas oficiais de risco ou ameaça de extinção, e de R\$ 3.000,00 (três mil reais) para os espécimes de espécie constante de listas oficiais de fauna brasileira ameaçada de extinção, inclusive da Convenção de Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES.
- c) a multa deverá ser aplicada em dobro já que a infração foi praticada com a finalidade de obter vantagem pecuniária.
- d) a multa a ser aplicada deverá ser de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por espécime, para espécie constante nos anexos da Convenção de Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES, e de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para os espécimes de espécie constante de listas oficiais de fauna brasileira ameaçada de extinção.
- e) a multa deverá ser aplicada em triplo já que a infração for praticada com a finalidade de realizar o tráfico internacional de animais silvestres.

**43**

Com relação ao crime de introdução de espécime da fauna silvestre, nativo ou exótico, é **CORRETO** afirmar que

- a) introduzir espécime animal silvestre, nativo ou exótico, no país ou fora de sua área de distribuição natural, sem parecer técnico oficial favorável e licença expedida pela autoridade ambiental competente, quando exigível, incorrerá na aplicação de multa de R\$ 1.000,00 (mil reais), com acréscimo por exemplar excedente de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por indivíduo de espécie constante nos anexos da Convenção de Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção – CITES.
- b) introduzir espécime animal silvestre, nativo ou exótico, no país ou fora de sua área de distribuição natural, sem parecer técnico oficial favorável e licença expedida pela autoridade ambiental competente, quando exigível, incorrerá na aplicação de multa de R\$ 3.000,00 (três mil reais), com acréscimo por exemplar excedente de R\$ 500,00 (quinhentos reais), por indivíduo de espécie não constante em listas oficiais de espécies em risco ou ameaçadas de extinção.
- c) introduzir espécime da fauna silvestre, nativo ou exótico, no país ou fora de sua área de distribuição natural, sem parecer técnico oficial favorável e licença expedida pela autoridade ambiental competente, quando exigível, incorrerá na aplicação de multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), com acréscimo por exemplar excedente de R\$ 3.000,00 (três mil reais), por indivíduo de espécie constante em listas oficiais de espécies em risco ou ameaçadas de extinção.
- d) incorre nas mesmas penas aplicadas a introdução de espécime da fauna silvestre, nativa ou exótica, quem comercializa espécime da fauna silvestre não constante de listas oficiais de risco ou ameaça de extinção, sem licença expedida pela autoridade ambiental competente, quando exigível.
- e) entende-se como introdução de espécime animal no país, além do ato de ingresso nas fronteiras nacionais, a guarda e manutenção continuada a qualquer tempo.

**44**

Pescar em período ou local no qual a pesca seja proibida incorre em multa de R\$ 700,00 (setecentos reais) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), com acréscimo de R\$ 20,00 (vinte reais) por quilograma ou fração do produto da pescaria, ou por espécime quando se tratar de produto de pesca para uso ornamental. Incorre nas mesmas multas quem

- a) pescar espécies que devam ser preservadas ou espécimes com tamanhos inferiores aos permitidos.
- b) causar degradação em viveiros, açudes ou estação de aquicultura de domínio público.
- c) importar ou exportar quaisquer espécies aquáticas, em qualquer estágio de desenvolvimento, bem como introduzir espécies nativas, exóticas ou não autóctones em águas jurisdicionais brasileiras, sem autorização ou licença do órgão competente, ou em desacordo com a obtida.
- d) exercer a pesca sem prévio cadastro, inscrição, autorização, licença, permissão ou registro do órgão competente, ou em desacordo com o obtido.
- e) deixar, os comandantes de embarcações destinadas à pesca, de preencher e entregar, ao fim de cada viagem ou semanalmente, os mapas fornecidos pelo órgão competente.

**45**

Uma das obras prioritárias do setor de transportes no Brasil, a duplicação da Estrada de Ferro Carajás, administrada pela Vale, foi paralisada pela Justiça Federal do Maranhão, no norte do País. A ferrovia é fundamental para o escoamento da produção de minérios do sudeste do Pará até o terminal portuário Ponta da Madeira, no Porto do Itaqui (Fonte: <http://www.portogente.com.br>, acessado no dia 25/09/2012).

Segundo o juiz Ricardo Macieira, da 8ª Vara Federal, a obra foi paralisada devido ao/às:

- a) denúncia e constatação dos inúmeros acidentes e mortes na Estrada de Ferro ocorridos após o início do empreendimento de duplicação da estrada, principalmente, em razão das ações desenvolvidas estarem em desacordo com a licença concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).
- b) entendimento de que o licenciamento concedido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) à Vale estava irregular porque foi feito sem realização prévia de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima).
- c) entendimento de que o licenciamento concedido pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) à Vale estava irregular porque foi feito sem realização prévia de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima).
- d) entendimento de que o licenciamento ambiental deveria ter sido conduzido pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) e não pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), resultando na invalidação dos resultados apresentados no Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima).
- e) denúncia e constatação dos inúmeros acidentes e mortes na Estrada de Ferro ocorridos após o início do empreendimento de duplicação da estrada, principalmente, em razão das ações desenvolvidas estarem em desacordo com a licença concedida pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA).

**46**

As assertivas a seguir apresentadas dispõem, em linhas gerais, quanto aos objetivos traçados na Lei de Modernização dos Portos (Lei nº 8.630/1993 e alterações posteriores). Analise e julgue em **V** (verdadeira) ou **F** (falsa) cada uma delas.

- ( ) Readequar e postergar o tempo de espera e de permanência dos navios nas zonas portuárias.
- ( ) Promover a descentralização do setor por meio da estadualização e municipalização de portos.
- ( ) Permitir que a exploração das operações de movimentações portuárias seja realizada por meio do setor público, diretamente, ou por meio de sociedades anônimas de economia mista.
- ( ) Prover a geração de investimentos e a aquisição, pelo setor privado, de equipamentos novos e mais produtivos.
- ( ) Promover a adequação do quantitativo de mão-de-obra na operação portuária, com base nos novos padrões tecnológicos e de produção.

A sequência **CORRETA** é

- a) F, V, F, V, F.
- b) F, V, V, F, F.
- c) F, F, F, V, V.
- d) V, V, F, V, V.
- e) F, V, F, V, V.

**47**

Para atender aos seus objetivos, a Lei de Modernização dos Portos (Lei nº 8.630/1993 e alterações posteriores) introduziu uma série de mudanças e, dentre elas, houve a criação de um ator, pessoa jurídica pré-qualificada, voltada para atuar na execução de operações portuárias na área do denominado porto organizado. O referido ator é denominado

- a) Trabalhador Portuário Avulso.
- b) Operador Portuário.
- c) Operador de Embarque e Desembarque.
- d) Autoridade Portuária.
- e) Gestor de Mão-de-Obra Portuária.

**48**

Com relação à definição de Porto Organizado, é **CORRETO** afirmar que se refere àquele

- a) aberto à navegação, inclusive a costeira, para o transporte de passageiros e de mercadorias, cuja armazenagem é explorada pela União, exclusivamente, em regime de comodato sob responsabilidade e jurisdição de uma autoridade portuária delegada.
- b) aberto para atender às necessidades da navegação referentes às movimentações de cargas e de mercadorias, concedido ou explorado por qualquer ente público, cujo tráfego e operações portuárias estejam sob a jurisdição de uma autoridade portuária.
- c) constituído e aparelhado para atender às necessidades da navegação e daquelas referentes às movimentações de passageiros, desde que explorado pela União, mediante tráfego e operações portuárias sob a jurisdição de uma entidade privada.
- d) constituído e aparelhado para atender às necessidades da navegação, das movimentações de passageiros ou de armazenagem de mercadorias, concedido ou explorado pela União, cujo tráfego e operações portuárias estejam sob a jurisdição de uma autoridade portuária.
- e) adequado e aparelhado para atender às necessidades da navegação, inclusive de cabotagem, e da movimentação e armazenagem de cargas, concedido ou explorado por qualquer ente de direito público, cujas operações portuárias estejam delegadas à gestão privada por meio do operador portuário.

**49**

Com relação às autorizações de exploração de Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte, é **CORRETO** afirmar que estas

- a) somente serão concedidas a Estados ou a Municípios, os quais, com prévia autorização do órgão competente e mediante licitação, poderão transferi-las para a iniciativa privada.
- b) serão concedidas diretamente à iniciativa privada, mediante processo licitatório na forma de concorrência pública ou de pregão, observada a possibilidade de subcontratação ou da subempreita de obras e serviços.
- c) serão concedidas exclusivamente aos Estados, os quais, com prévia autorização do órgão competente e mediante licitação, poderão transferi-las para a iniciativa privada.
- d) somente serão concedidas a Estados ou a Municípios, os quais, obedecendo a critérios de suas legislações internas, poderão transferi-las mediante arrendamento ou comodato à pessoas jurídicas de direito privado.
- e) serão concedidas exclusivamente aos Municípios, os quais não poderão transferi-las para a iniciativa privada, senão na forma de inexigibilidade para arrendamento.

**50**

Quando efetuada com o uso do aparelhamento portuário, a atividade de movimentação de mercadorias nas instalações de uso público, como o recebimento, conferência, transporte interno, abertura de volumes para a conferência aduaneira, manipulação, arrumação e entrega, bem como o carregamento e descarga de embarcações, é denominada

- a) Operação de Carga e Descarga.
- b) Estiva.
- c) Conferência de Carga.
- d) Capatazia.
- e) Bloco em Avulso.

